

“NEM SILENCIOSAS, NEM SILENCIADAS”: QUESTÕES DE VIOLÊNCIA E GÊNERO EM *ÚRSULA* (1859), DE MARIA FIRMINA DOS REIS

“NEITHER SILENT, NOR SILENCED”: ISSUES OF VIOLENCE AND GENDER IN *ÚRSULA* (1859), BY MARIA FIRMINA DOS REIS

Maria Leticia Ferreira Soaresⁱ
Manoel Carlos Fonseca de Alencarⁱⁱ

Resumo: Neste artigo, nos propomos analisar e compreender a trajetória intelectual e a produção literária da beltrista Maria Firmina dos Reis, bem como perceber e discutir as relações de gênero e as diversas formas de violência presentes no romance *Úrsula* – seu *Magnum Opus* –, pensando, sobretudo, como são representadas na narrativa. Publicado em 1859, ele pode ser considerado o primeiro romance de autoria negra feminina do Brasil, além de contemplar outros vanguardismos que demonstramos aqui. A narrativa aborda questões viscerais em um Brasil oitocentista, elitista e construído sobre o genocídio indígena e a escravização de povos africanos. A autora, com essa obra, nos mostra os bastidores da escravidão no Brasil a partir do ponto de vista das/dos escravizadas/os. Esta revisão de literatura apoia-se em teóricas e teóricos como Barros (2010), Candido (2011) e Ferreira (2011). Conclui-se que ler e reler Maria Firmina dos Reis nunca foi tão necessário como nos dias atuais, quando as dores do povo preto seguem muito parecidas à de outrora e com agravantes adicionados. Precisamos debater sobre elas, eliminando-as e quitando as onerosas dívidas históricas que temos para com os descendentes do enorme contingente africano que para o Brasil veio traficado por mais de trezentos anos.

Palavras-chave: História e Literatura; Escritoras Brasileiras do Século XIX; Maria Firmina dos Reis; Gênero e Violência em *Úrsula*.

Abstract: *In this article we analyze and understand the intellectual trajectory and literary production of the belletrist Maria Firmina dos Reis and discuss gender relations and the different forms of violence in the novel Úrsula – her Magnum Opus –, thinking, above all, as they are represented in the narrative. Published in 1859, it can be considered the first novel by black female authors in Brazil, in addition to contemplating other avant-gardisms that we demonstrate here. The narrative addresses visceral issues in a nineteenth-century elitist Brazil built on indigenous genocide and the enslavement of African peoples. The author, with this work, shows us the behind-the-scenes of slavery in Brazil from the point of view of the enslaved. This literature review is based on theories and theorists such as Barros (2010), Candido (2011) and Ferreira (2011). We conclude that reading and rereading Maria Firmina dos Reis has never been more necessary than today, when the pains of black people remain very similar to that of the past and with added aggravating factors. We need to debate and eliminate them by paying off the onerous historical debts we owe to the descendants of the huge African contingent that was trafficked to Brazil for more than three hundred years.*

Keywords: *History and Literature; Brazilian Female Writers of the 19th Century; Maria Firmina dos Reis; Gender and Violence in Úrsula.*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Compartilha Igual 4.0 Internacional

ⁱ Mestranda do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) pela Universidade Estadual do Ceará (FECLESC/UECE). Graduada em História (Licenciatura plena em História) pela Universidade Estadual do Ceará (FECLESC/UECE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *E-mail:* ler.ferreira@aluno.uece.br.

ⁱⁱ Doutor em História pela Universidade Federal de Minas de Gerais (UFMG). Mestrado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é professor Adjunto do curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (UECE) e membro permanente do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL), na linha de pesquisa Memórias e Historicidade. *E-mail:* manoel.alencar@uece.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste trabalho, nos propomos a analisar e discutir brevemente alguns pressupostos teóricos basilares para que possamos compreender a trajetória intelectual da beletrista Maria Firmina dos Reis e como as questões de gênero e de violência se apresentam na narrativa literária do romance *Úrsula* (1859). Desse modo, faz-se necessário pensar a relação entre História e Literatura, uma vez que partimos do conceito de interdisciplinaridade. Segundo Antonio Celso Ferreira (2011, p. 60):

Afirmar que a literatura integra o repertório das fontes históricas não provoca hoje qualquer polêmica, mas nem sempre foi assim. Mais do que isso, nas últimas décadas, os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo.

Dialogando com Assunção Barros, a História, ainda que se postule ser uma ciência, serve-se de tropos literários; a Literatura, ainda que se postule ficcional, está profundamente mergulhada na História (Barros, 2010, p. 1). Nesse sentido, a História tem a função de analisar, discutir e compreender as narrativas literárias dentro de seus contextos políticos, econômicos, sociais e culturais. Dessa forma, de acordo com Barros, é ainda da História que a Literatura extrai boa parte dos seus materiais – seja da História dos historiadores ou da História vivida, mesmo que essa seja anônima, referentes aos dramas pessoais que não se tornam públicos (Barros, 2010). Esta última, antes desvalorizada, depois da Escola dos Annales (século XX), ganhou outro significado e validade, tornando-se o bojo onde repousa o repertório de muitos estudos acadêmicos e muita produção literária de ficção, com suas respectivas releituras.

Para se interpretar o texto literário é imprescindível compreendermos o que particulariza tal modalidade de expressão escrita – seja em relação à própria narrativa histórica, seja na comparação a outros tipos de textos (Ferreira, 2011). Para Antonio Candido, a Literatura pode ser entendida a partir de determinadas faces:

A função da literatura está ligada à complexidade de sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório, mas humanizador. Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão de mundo dos indivíduos e dos grupos; ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente (Candido, 2011, p. 178-179).

Portanto, a Literatura como fonte histórica deve ser entendida e discutida, sobretudo a partir das concepções e construções sociais, culturais e políticas de seus autores.

Este artigo, uma revisão bibliográfica, é a concretização escrita de uma pesquisa de natureza básica, de abordagem qualitativa e de objetivo exploratório que realizamos sobre nosso objeto de estudo. Internamente, o trabalho está dividido em duas partes que tanto o desenvolvem quanto se complementam entre si: o Marco Teórico e os Resultados e Discussão.

1 MARCO TEÓRICO

1.1 Maria Firmina dos Reis: a trajetória literária e intelectual de uma escritora oitocentista

Escrever e publicar uma sequência de narrativas literárias é uma tarefa árdua ainda nos tempos atuais, principalmente se falarmos de Literatura de Autoria Feminina, visto que as estruturas patriarcais alimentam as engrenagens que sustentam a invisibilidade das mulheres e silenciam e apagam essas vozes dos espaços historicamente controlados por homens. No século XIX, as produções de romances estiveram majoritariamente sob o olhar e perspectiva da autoria masculina e as mulheres em hipóteses alguma ocupavam o lugar de protagonismo. Portanto, ser mulher – e principalmente, mulher preta – e escritora no Brasil de então era romper os espaços que limitavam o feminino e davam aos homens a prerrogativa de representá-las também literariamente.

Consoante Norma Telles, para a mulher escrever dentro de uma cultura que define a criação como dom exclusivamente masculino e propaga o preceito segundo o qual o melhor livro para as mulheres são a almofada e o bastidor, é necessário rebeldia e desobediência para romper esse conceito castrador e determinista (Telles, 1989). Publicar dentro de um cenário tão hermético e excludente, profundamente patriarcal e masculino, rompe com as inúmeras barreiras dentro de um contexto em que mulheres não podiam ser as personagens principais. Aquela era

[...] uma cultura profundamente dividida, onde a violência do choque entre vencedores e vencidos presidiu tanto aos acasalamentos quanto às representações coletivas. Uma cultura de caráter acentuadamente masculina, racista e eminentemente verbal. Uma cultura dos púlpitos e dos serões familiares (Telles, 1989, p. 74).

Resistir, revolucionar e rebelar-se foi o que a professora e escritora Maria Firmina dos Reis realizou em um período marcadamente elitista. À luz de França, Costa e Câmara (2023),

ela foi a primeira romancista preta a publicar no Brasil e na Língua Portuguesa; a primeira a publicar um romance antiescravocrata na América Latina e que deu lugar de fala e total proeminência e protagonismo aos povos escravizados na África e trazidos para as colônias – no caso, o Brasil. De acordo com França, Costa e Câmara (*ibidem*) seus argumentos evidenciando a torpeza dos brancos escravistas estavam ancorados no que a Bíblia prega e Firmina sustentou sua tese mostrando partes do discurso bíblico em suas discussões.

Entre seus romances estão *Úrsula* (1859) e *Gupeva* (1861); escreveu também, dentre outros, o conto *A Escrava* (1887), além de poemas e o Hino da Libertação dos Escravos. Destarte, a romancista desempenhou um papel fundamental no século XIX e que abre margens para discutir a publicação de autoria feminina em um cenário profundamente misógino como era aquele, construído sobre o genocídio das populações indígenas e sob o regime escravocrata; uma sociedade que restringia o papel das mulheres aos serviços domésticos, sem voz e, muito menos, vez.

Quanto à biografia resumida de Firmina, Telles (2004, p. 343) assevera:

Nascida em São Luís em 1825, filha ilegítima, viveu com a família extensa constituída pela avó e por duas gerações de irmãs, a mãe e a tia materna, ela e a irmã. Uma casa de mulheres. Maria Firmina ganhava a vida como professora. Em concurso estadual de 1847, foi a única aprovada para a instrução primária na vila de Guimarães, onde passou a residir. A professora morava e lecionava em casa, como era de costume. Era conhecida como Mestra Régia, o que na época significava professora formada e concursada em contraposição à professora leiga. Ensinar, mesmo sem preparo, foi para as mulheres do século passado uma oportunidade de trabalho.

Ainda como advoga Norma Telles, um ano antes de se aposentar, com 34 anos de magistério público oficial, Maria Firmina do Reis fundou, a poucos quilômetros de Guimarães, em Maçaricó, uma escola mista e gratuita para todas/os as/os alunas/os cujos pais não podiam pagar por sua educação formal (Telles, 2004). Era a primeira com essas características no Maranhão, mas o fato de juntar crianças de ambos os sexos em um mesmo ambiente educacional provocou uma profunda rejeição popular e que resultou no fechamento da escola poucos anos depois.

Aliando esses dois campos de sua atuação – a docência e as letras –, Firmina buscou romper com as engrenagens do patriarcalismo que colocavam sobretudo os homens brancos no centro das discussões, dando a eles o poder de mandar, gerir e escrever literariamente – inclusive, escrever a própria história das mulheres. Ela também colaborou na imprensa local com ficções, poemas e crônicas. De acordo com Adriana Barbosa Oliveira (2007, p. 13):

Dois anos após a publicação de *Úrsula*, em 1861, o jornal literário *O Jardim dos Maranhenses* publicou *Gupeva*, romance indianista que seria reproduzido, em 1863, pelo jornal *Porto Livre*, e, em 1865, no jornal *Eco da Juventude*. Em 1871 era a vez do livro de poesias intitulado *Cantos à beira-mar* e, em 1887, da publicação do conto, também de caráter abolicionista, “A Escrava”, pela *Revista Maranhense*. Em 1861, a autora também participou, com os poemas “Por ver-te” e “Minha vida”, da antologia *Parnaso Maranhense*, em cujo prólogo seu organizador, Gentil Homem de Almeida Braga, declara que um dos objetivos da mesma era livrar a muitos maranhenses do esquecimento.

Ainda que tenha participado ativamente na imprensa local, a obra firminiana não recebeu os mesmos privilégios que a de seus pares masculinos e permaneceu silenciada. A autora publicou no mesmo período em que José de Alencar, por exemplo. Vale ressaltar que, ainda que uma/um autora/or esteja inserida/o em uma determinada de sociedade, ela/ele exprime e desempenha também um papel social que vai além da composição de sua literatura, o que é visivelmente perceptível em Maria Firmina dos Reis, uma vez que ela aborda, em sua obra-prima, a necessidade da abolição da escravatura, denunciando as condições deploráveis do regime escravocrata e as diversas violências sofridas e imposta às mulheres – principalmente às escravizadas.

Sobre esses temas, tratamos a seguir, aprofundando-os.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 *Úrsula*: violência, gênero e abolicionismo

De acordo com Rafael Balseiro Zin (2016), a partir da segunda metade do século XIX, os primeiros registros de prosa e ficção brasileira começaram a ser esboçados e apresentados ao parco público leitor do Império como forma de entretenimento e distração, mas, principalmente, como uma maneira de se retratar as especificidades de uma sociedade. Para o estudioso, essas estariam nas profundas transformações do sistema vigente e seu modo de organização, uma vez que naquele momento o país estava sob controle de um regime monárquico e escravista. Foi nesse contexto que Maria Firmina publicou seu romance *Úrsula* (1859), tendo como cerne o ideário abolicionista.

Dialogando com Régia Agostinho (2016), entende-se que Maria Firmina tinha clareza de que o lugar que ela tentava ocupar no mundo das letras era de difícil acesso para as mulheres. Afinal, contrariando a morfologia do termo, no século XIX, a palavra era masculina, o que ficava para as mulheres era o silêncio. No prólogo de *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis descreve sua obra:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor-próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (Reis, 2018, p. 93).

É notável que a romancista “pede desculpas” na medida em que aponta para questões latentes, “Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira”. Ela não apenas descreve as condições de menosprezo impingidas às mulheres, mas denuncia, acima de tudo, as profundas dificuldades de ser mulher em uma sociedade construída para homens. É na Literatura, portanto, que a escritora exprime sua arte e papel social, cultural e, principalmente, político. Conforme Régia Agostinho da Silva (2010, p. 16):

Falar de “bicos e bordados”, fazer uma determinada “literatura de perfumaria” era algo permitido e até bem-visto para as moças de boa família, pelo menos a partir da segunda metade do século XIX. Escrever alguns versos, publicar em algum jornal, ter seus álbuns de recordações escritos era até considerado de bom-tom. Mas escrever contra a escravidão, colocar os cativos para falar nos seus escritos, criticar a sociedade contemporânea não deve ter sido fácil.

Em uma sociedade onde as mulheres eram constantemente silenciadas, escrever nos periódicos, ensinar e publicar romances sendo uma mulher – e, mais ainda, uma mulher preta, reiteramos –, era, de fato, uma tarefa inimaginável. *Úrsula* (1859), ao abordar as diversas violências vividas por seus personagens, no início da narrativa, descreve:

São vastos e belos nossos campos; porque inundados pelas torrentes do inverno se assemelham ao oceano em bonançosa calma – branco lençol de espuma, que não ergue marulhadas ondas, nem brame irado, ameaçando insano quebrar os limites, que lhe marcou a onipotente mão do rei da criação. Enrugada ligeiramente a superfície pelo manso correr da viração, frisadas as águas, aqui e ali, elo a volver rápido e fugitivo dos peixinhos, que mudamente se afagam, e que depois desaparecem para de novo voltarem – os campos são qual vasto deserto, majestoso e grande como o espaço, sublime e infinito (Reis, 2018, p. 95).

A descrição da paisagem realizada pela escritora é uma característica do romantismo. A narrativa continua quando o personagem Túlio, um escravizado africano, encontra o mancebo Tancredo, branco e rico, combalido, caído no chão:

Caiu, e de um jato perdeu o sentimento da própria vida; porque a queda lhe ofendeu o crânio, e aturdido, e maltratado, desmaiou completamente. Para mais desastre o

pobre animal no último arranco do existir, distendendo as pernas, foi comprimir acertadamente o pé direito do mancebo, que inerte, imóvel, como se fora frio o cadáver, nenhuma resistência lhe opôs (Reis, 2018, p. 99).

Seguindo a trama, o mancebo é resgatado por Túlio:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que ria franca expressão de sua fisionomia: deixava toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, embalde – dissemos – se revoltava, porque se erguia como barreira o poder do forte contra o fraco. Ele resignava-se; e se uma lágrima a desesperação lhe arrancava, escondia-a no fundo de sua miséria. Assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e de martírios, sem esperanças e sem gozo! (Reis, 2018, p. 101).

Tancredo é levado para a propriedade da mãe de Úrsula, a senhora Luíza B., para receber os cuidados necessários. Mãe e filha viviam na fazenda com pouca criadagem, estando essa senhora acamada, doente, paraplégica. Úrsula, então, se divide nos cuidados com ambos os enfermos. Entre a vida e a morte, o jovem Tancredo, aos poucos, recupera-se e compra a alforria de Túlio como agradecimento. Nas palavras dele, a oferta do regalo: “[...] recebe meu amigo, este pequeno presente que te faço, e compra com ele tua liberdade” (Reis, 2018, p. 118).

Um ponto interessante a se perceber é que Tancredo se coloca contra o regime escravocrata ao prover meios para a alforria de um escravizado que sequer pertence ao contingente de escravizadas/os de seu pai. A mensagem clara por trás deste gesto é eloquente: sendo ele um homem livre, jovem, branco, educado e rico, que compra a liberdade de uma pessoa desconhecida, mas subjugada pela escravidão reinante no país de então, comprova-se que é um bom cristão e um exemplo a ser seguido.

Com a convivência e o trato devotado de Úrsula para com esse jovem sensível, apaixonam-se, momento em que ele conta sua história e de como foi enganando pelo próprio pai. Isso porque Tancredo fora apaixonado por Adelaide, filha de uma prima de sua falecida mãe, prima sua em segundo grau. A endogamia era uma realidade muito comum no interior do país até pouco tempo atrás – bem mais do que hoje. O pai de Tancredo, no início, não permitia o relacionamento dos primos, mas após muita insistência de Tancredo, impôs-lhe uma condição: que se casassem quando o mancebo retornasse de uma viagem. Ao retornar, o rapaz descobre que o pai havia se casado com Adelaide, o que faz com que ele saia de casa literalmente sem rumo, transtornado.

Nos capítulos seguintes, Maria Firmina também narra a vida da personagem Susana, uma escravizada que tal como outras e outros, perdera tudo ao ser capturada em seu lugar de

origem. O que nos chama atenção é que, na narrativa literária, é ela mesma quem conta sua história, com lugar de fala. Assim a escritora a descreve:

Susana, chamava-se ela; trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras e descarnadas, como todo seu corpo; na cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs” (Reis, 2018, p. 178).

Ao narrar sua vida, Susana nos coloca o horror e a violência sofrida por seu povo quando da captura, ainda em terras africanas, e o traslado intercontinental insalubre nos tumbeiros/navios negreiros:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida que passamos nessa sepultura, até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão, fomos amarrados em pé, e, para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa: davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca; vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimentos e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem seus semelhantes assim, e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos. Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte. Nos dois últimos dias não houve mais alimentos. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos (sic) e veio dar a morte aos cabeças do motim (Reis, 2018, p. 181).

Maria Firmina não somente dá voz a essa personagem, que em outros romances antiescravagistas seria apenas mais uma escravizada calada e resignada com sua faina e seu destino, como lhe permite, ao lhe dar lugar de fala, revelar-se e rebelar-se. É aqui que a escravizada narra a sua trajetória. Vale ressaltar que a descrição é logo após Túlio receber sua liberdade. Mas é notável também que ela põe à prova a liberdade de Túlio, pois, afinal, como ser livre se ainda se mantinha o regime escravocrata? Assim narra a sua triste sina:

[...] a dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades. Não sei ainda como resisti, é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam (Reis, 2018, p. 182).

Preta Susana também descreve como foi escolhida pelo comendador P., tio materno de Úrsula e assassino do pai desta – e quem, ela não sabia ainda, no futuro próximo, seria responsável pelas mortes dela, de Úrsula, de Túlio e de Tancredo: “Coração de tigre é o seu! (Reis, 2018, p. 182). Mais adiante, é descrito na narrativa como alguém que se tornara “[...]”

odioso e temível aos seus escravos: nunca fora benigno e generoso para com eles; porém o ódio, e o amor, que lhe torturavam de contínuo, fizeram-no uma fera, um celerado” (Reis, 2018, p. 203). Susana ressalta ainda que tanto Luíza B. como Úrsula sofriam com a maldade e perversidade com as quais ele tratava as/os escravizadas/os e acrescenta que:

O senhor Paulo B. morreu, e sua esposa, e sua filha procuraram em sua extrema bondade fazer-nos esquecer nossas passadas desditas! Túlio, meu filho, eu as amo de todo o coração, e lhes agradeço: mas a dor que tenho no coração, só a morte poderá apagar! Meu marido, minha filha, minha terra. Minha liberdade. E depois calou-se, e as lágrimas, que lhe banhavam o rosto rugoso, gotejaram na terra (Reis, 2018, p. 182-183).

A personagem Susana, ao narrar as condições que o regime escravocrata submetia às/aos escravizadas/os também denuncia as mazelas, perversidades e crueldades da escravidão. A narrativa de Maria Firmina é precisa, forte, impactante e resistente, se considerarmos o contexto no qual a escritora estava inserida – o Maranhão, uma das províncias mais empedernidas em manter a escravatura indefinidamente – e a coragem de publicar contra esse argumento nesse mesmo momento, sendo ela própria a filha de ex-escravizadas, descortinando as diversas violências sofridas pelo povo preto em uma sociedade fundamentalmente contra a sua liberdade e dignidade.

No decorrer da trama, descobre-se que o assassino do pai de Úrsula teria sido o tio da moça, o comendador P., o mesmo que queria se casar com a jovem. Em carta, ele, que por muitos anos esteve longe, assume o crime. A volta dele ao convívio dela e de sua mãe anunciava mais uma das violências sofridas pelas personagens. Em contraposição a esse homem cruel, Firmina descreve Úrsula assim, como uma heroína romântica: “[...] era ela tão caridosa... tão bela [...] ingênua e singela em todas suas ações [...]. Bela como o primeiro raio de esperança” (Reis, 2018, p. 110). Úrsula cuidava de sua mãe de forma abnegada, pois Luíza B. vivia em situação de opressão – seja pelo marido ainda quando vivo, seja pelo próprio irmão. Paraplégica, necessitava dos cuidados devotados de sua filha e os tinha.

Nos capítulos que antecedem o clímax, Úrsula chega a encontrar o tio sem saber que se tratava do irmão de sua mãe e o culpado pela morte de seu pai, momento em que o comendador se declara para a jovem. Em diálogo com a filha, Luíza B. discorre acerca do sofrimento que lhe causava a volta desse irmão. Nas palavras da narradora, “[...] meu irmão veio abreviar os instantes que ainda me restavam para te amar e proteger-te contra os seus caprichos!” (Reis, 2018, p. 206). E segue:

Frágil, e já sem forças, eu vi Fernando à cabeceira do meu leito como se fosse o anjo do extermínio a falar-me de coisas que só me poderiam abreviar os instantes. Conheci que chegava o termo dos meus dias, ele também conheceu, e conquanto esta ideia apesar da dureza do seu coração lhe fosse amarga, ele contudo deixou-me à pressa para ir à cidade de ***, donde deve voltar amanhã. Fernando voltará aqui com um sacerdote, que há de abençoar, em presença deste leito de agonia, a união à força da filha de Paulo B. com seu assassino (*ibidem*, p. 209).

Nos capítulos seguintes e que encerram a narrativa, a mãe de Úrsula falece deixando a jovem devastada:

Então Úrsula, a pobre órfã, ajoelhou aos pés do leito, e envolvendo em seus braços o corpo inanimado, com seus lábios trêmulos de dor, tocou os lábios frios e inertes de sua mãe, tentando, em balde, transmitir ao coração materno o hálito ardente, que a animava. Mas quando voltou à realidade, quando teve plena consciência de que estava só, e entregue ao rigor da sua sorte, quando pode acreditar que sua mãe já não existia, então prorrompeu em lágrimas e estorceu-se pelo chão e, agitou-se como uma possessa, porque as grandes e profundas dores do coração só acham alívio na expansão ilimitada da dor, e na fadiga do corpo e do espírito (Reis, 2018, p. 210).

No fim da trama, Tancredo é avisado que Úrsula corre perigo de se casar contra sua vontade com o comendador. Ela e Tancredo fogem juntos. Susana, Túlio e Tancredo são assassinados pelo vilão. Úrsula enlouquece em um convento e morre. A narradora descreve o impacto de Fernando P. ao encontrar Úrsula já em choque pelas últimas violências impingidas por ele a ela e ao seu entorno mais uma vez:

As cenas que se apresentou a seus olhos quebrou-lhe o coração de angústias. Úrsula sorria, afagando invisível sombra, mas esse sorriso era débil e vaporoso, era o derradeiro esforço de uma alma que está prestes a quebrar as prisões do corpo. O comendador agarrou-se à porta para não cair (Reis, 2018, p. 276).

Fernando P., arrependido, passa o resto dos seus dias vivendo o peso dos assassinatos que cometeu e por ter sido o causador da loucura e posterior morte de Úrsula. No convento das carmelitas, tona-se o frei Luís de Santa Úrsula.

O romance de Maria Firmina dos Reis nos faz refletir acerca das contínuas violências às que as mulheres estavam submetidas em seu tempo – pretas e brancas, ricas e pobres, livres e escravizadas – violências distintas, mas sempre violências contra o elemento feminino. O livro denuncia também as condições do regime escravocrata vividas por suas personagens, mas de maneira inversa aos romances que tratavam – ainda que superficialmente – do tema da escravatura: na obra firminiana, as/os escravizadas/os protagonizam suas narrativas e representam seu povo, à altura de seu grande valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No romance, podemos perceber as representações sociais construídas pela produção literária de Maria Firmina dos Reis, bem como discutir o contexto cultural, social e político no qual a autora estava inserida. Podemos igualmente entender como ela conseguiu romper as barreiras impostas para que uma mulher produzisse Literatura no Brasil oitocentista, marcadamente dominado por homens brancos e privilegiados.

Essa obra de Maria Firmina dos Reis não somente inaugura a literatura abolicionista como também aborda o regime escravocrata e questiona os pilares que os sustentam, muito além da liberdade de Túlio propriamente. Nas entrelinhas, a romancista, na voz de Susana, ressalta que não seria possível a liberdade em um país assumidamente racista, violento e desigual como o nosso.

A importância da obra de Maria Firmina está na quebra que sua narrativa traz com o que era uma concepção pétreia de hegemonia masculina nas letras. A autora, mulher preta, publica em um Brasil oitocentista dominado pelas elites brancas e letradas. Ler e analisar *Úrsula* (1859) é justamente discutir um Brasil que foi e que ainda é extremamente racista. É entender o papel social das mulheres nas denúncias de uma sociedade que destinava para elas os serviços domésticos, sem voz, vez ou lugar. É, em suma, perceber e compreender a rebeldia da escritora em denunciar o regime escravocrata em uma sociedade misógina, falocêntrica e excludente.

Firmina denuncia ainda esse Brasil patriarcal e violento para as mulheres, uma vez que as personagens femininas dessa narrativa sofrem pelas condições a que são submetidas. Escrever e, mais do que isso, publicar uma obra de tamanha profundidade é um ato de coragem. Maria Firmina dos Reis rompe com as engrenagens patriarcais e abre caminhos para que as mulheres não sejam mais nem silenciadas e nem silenciosas.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D. A História e Literatura – novas relações para os novos tempos. In: *Contemporâneos* – Revista de Artes e Humanidades, n. 6, maio-out., 2010, p. 1-27. Disponível em: https://www.revistacontemporaneos.com.br/n6/dossie2_historia.pdf. Acesso em: 4 dez. 2023.

CANDIDO, A. O direito à Literatura. In: CANDIDO, A. *Vários Escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 171-193.

DEL PRIORI. M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

FERREIRA, A. C. Literatura: fonte fecunda. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. (Org.) *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

FRANÇA, M. da C. de; COSTA, V. B.; CÂMARA, Y. R. Maria Firmina dos Reis: uma Análise Antiescravocrata e Decolonial da Identidade Negra na Obra *Úrsula*. In: CÂMARA, Y. R. (Org.). *Das Brumas à Luz*, vol. 2, Escritoras Nacionais em Pauta. Tutóia: Diálogos, 2023, pp. 26-62.

OLIVEIRA, A. B. de. *Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

REIS, M. F. dos. *Úrsula*. Porto Alegre: Zouk, 2018.

SILVA, R. A. da. *A Escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. 2013. 177 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

TELLES, N. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 120, jan./jul. 1989, p. 73-83. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18593>. Acesso em: 4 dez. 2023.

ZIN, R. B. *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.